

Compras Suporte

De: felipe.lacerda@beecorp.com.br
Enviado em: quarta-feira, 28 de agosto de 2024 14:25
Para: Compras Suporte
Assunto: 2ª IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL NACIONAL - NC-0071/2008

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Razões da impugnação:

Matéria da Impugnação: Cláusula 41 e seus parágrafos do Anexo IV – Minuta de Contrato

A NF 0788-24 prevê prazo de vigência contratual de 12 meses, renováveis por até 60 meses, conquanto a licitação anterior, NF 2092-18, previu prazo de vigência de 60 meses.

Vale pontuar que o custo de operação diluído em 60 meses é inferior ao mesmo custo projetado para 12 meses e que a economicidade é um dos princípios que rege a Itaipu, conforme art. 2º da NGL.

Em resposta à consulta formulada, a Itaipu respondeu que:

“Essa disposição da vigência contratual permite à ITAIPU a análise da vantajosidade do contrato, no mínimo, a cada prorrogação. Tal análise será precedida de uma rigorosa pesquisa de preços e condições de mercado bem como os custos e o tempo afetos à promoção de novo certame.

Isso proporcionará ao contrato uma maior eficiência administrativa, primando pela adequação contínua aos preços e condições de mercado.

Além disso, como será a primeira contratação de todo este escopo em conjunto, é necessário o acompanhamento e avaliação contínua dos resultados.

Por fim, essa vigência não prejudica e/ou cerceará a participação de proponentes ao certame, pois se trata de uma condição prévia disponível a todos os interessados em firmar o contrato com a ITAIPU.”

Inobstante, a ITAIPU deixou de observar o disposto no art. 4º da NGL:

“Art. 4º - Cada aquisição deve ser programada em sua totalidade, previstos os custos anuais e totais, bem como o respectivo prazo de execução ou entrega, sendo proibido fracionar ou subdividir o montante dos instrumentos contratuais ou a execução de um projeto com a intenção de elidir os procedimentos estabelecidos nesta Norma.”

Assim, **o art. 4º da NGL veda o fracionamento da licitação, tanto em relação ao prazo quanto em relação aos custos totais.** E uma vez que a Cláusula 41 e seus parágrafos do Anexo IV preveem um prazo total de 60 meses, a disposição de fracionamento em períodos sucessivos de 12 meses viola o disposto na Norma Geral de Licitações da Itaipu.

De igual forma, o fracionamento em períodos de 12 meses para “adequação contínua aos preços e condições de mercado” e “rigorosa pesquisa de preços e condições de mercado bem como os custos e o tempo afetos à promoção de novo certame” não encontra previsão normativa na NGL.

Se a Itaipu objetiva licitar desta forma, antes de mais nada deveria: i) alterar a redação do art. 4º da NGL, ii) inserir norma prevendo a possibilidade de contratação via sucessivas prorrogações condicionadas a “análises de mercado” e “adequação contínua de preços”.

Ao agir ao alvedrio da norma, a Itaipu incorre em violação ao art. 2º da NGL, notadamente em infração aos princípios da legalidade e da isonomia, bem como em violação direta ao art. 4º da NGL.

Face o exposto, requer seja acolhida a presente impugnação ao CBC para, em observância ao art. 4º da NGL, alterar a Cláusula 41 e seus parágrafos do Anexo IV – Minuta de Contrato, para constar o prazo total da contratação, qual seja, prazo de 60 meses, excluindo-se a ilegal previsão de contratação de 12 meses prorrogáveis por até 60 meses.

Att.



Felipe Lacerda

CEO

(11) 2495-8252

(31) 99785-9135

www.beecorp.com.br